

Moção: Novo modelo de financiamento das instituições de ensino superior

Depois da discussão tida no verão de 2014 que não resultou em nenhuma alteração na forma de distribuição do financiamento do Estado às instituições de ensino superior, a Secretaria de Estado de Ensino Superior apresentou, em fevereiro do presente ano, uma nova proposta de modelo de financiamento que lançou à discussão dos agentes do ensino superior, nomeadamente o CRUP, o CCISP e o movimento associativo estudantil nacional.

Atendendo às solicitações do movimento associativo estudantil, a discussão e o trabalho em torno de tal documento iniciaram-se bem mais cedo, tendo havido maior espaço de discussão e reflexão a propósito do novo modelo de financiamento. A este propósito, o movimento associativo estudantil teve a oportunidade de ser ouvido e de se pronunciar sobre o assunto, participando de forma ativa numa área tão importante do Ensino Superior e pela qual, desde há muito tempo, tem alertado para a necessidade de revisão do formato de distribuição do financiamento que tem sido definido nos sucessivos Orçamentos do Estado.

O movimento associativo estudantil apresentou em sede própria as medidas que entendia necessárias para um financiamento mais justo do ensino superior, disponibilizando-se para debater este assunto tantas vezes quantas fossem necessárias para uma célere implementação de um novo modelo de financiamento que fosse, acima de tudo, mais justo e coerente com a necessidade de investimento no país.

Decorrido meio ano desde o início da discussão sobre o novo modelo de financiamento e aproximando-se o final desta Legislatura e o início da próxima, estando muito próximos da discussão do Orçamento do Estado para 2016, antevê-se que no próximo ano o modelo de financiamento das Instituições de Ensino Superior a utilizar seja o mesmo que tem sido utilizado e que todos já reconheceram como sendo errado e prejudicial para um Ensino Superior de excelência.

Assim, vemos com especial desagrado que mais uma vez, apesar de parecer terem sido envidados todos os esforços para que fosse possível a aplicação de um novo modelo de financiamento, tal assunto não se conseguisse concretizar. Uma vez que esta deve ser uma prioridade na definição clara de políticas sérias e consequentes para o Ensino Superior nacional, não podemos deixar que um assunto de tamanha importância fique, uma vez mais, “esquecido na gaveta”. Não podemos concordar com o adiamento sucessivo da discussão deste assunto e muito menos podemos aceitar que a complexidade da sua discussão e aplicação impeçam que se olhe para este assunto de forma séria, responsável e rápida. Urge que rapidamente se aplique um modelo que não viva unicamente do peso histórico da distribuição orçamental, pois são devidas as correções de vários anos no financiamento das Instituições de Ensino Superior.

Assim, face ao momento que se aproxima, caberá ao próximo Governo, independentemente do(s) partido(s) que o constitua(m) recuperar e dar seguimento a esta discussão, evitando o adiamento da aplicação de um novo modelo de financiamento do Ensino Superior por mais 4 anos.

Assim, o movimento associativo estudantil nacional, reunido em sede de Encontro Nacional de Direções Associativas nos dias 5 e 6 de setembro, vem alertar para a necessidade do futuro Governo de Portugal reabrir, no início da Legislatura, a discussão sobre o novo modelo de financiamento de Ensino Superior, não perdendo o trabalho que já foi realizado com o contributo dos diversos agentes do ensino superior nacional e patente no documento “Modelo de financiamento do Ensino Superior: fórmulas e procedimentos”.

Aveiro, 5 de setembro de 2015